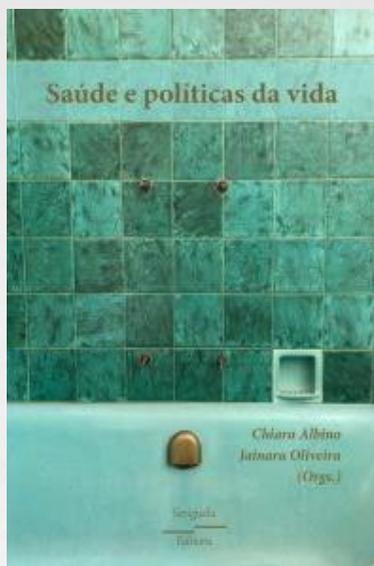


RESENHA
Saúde e políticas da vida

Pablo Rittieli Fraga de Souza¹
Universidade Federal da Grande Dourados



ALBINO Chiara; OLIVEIRA, Jainara (orgs.). *Saúde e Políticas da Vida*. Recife: Siriguela, 2021. 233 p.

FRAGA DE SOUZA, Pablo Rittieli. **Saúde e políticas da vida (Resenha)**.
Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 11 (25): 423-426, janeiro
a abril de 2024. ISSN: 2358-5587

¹ Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN). Realiza, atualmente, pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN, com bolsa de Pós-Doutorado Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (FAPERN).

Este livro organizado por Chiara Albino e Jainara Oliveira é composto por diálogos que consistem em abrandar o tema de saúde pública, principalmente no que tange a vida das mulheres. A obra faz parte da Coleção Mandacaru, publicado pela Editora Seriguela, em 2021. Em sua introdução o livro discute a dinâmica entre o poder soberano em face do direito à vida e morte, conforme abordado por Foucault (1988). Sua parte introdutória revela certo deslocamento do poder de morte, para o poder sobre a vida, isso resultara numa sujeição de corpos e a coerção a fim de controlar a sociedade. Na contemporaneidade, o sujeito está sob sua própria responsabilidade, a sensação de liberdade reforça a falsa demonização de escolha, atrela-se a escolha a gestão do risco. No decorrer do livro, os capítulos abordam assuntos diferentes que complementam o ponto principal do trabalho, traçar um paralelo com a saúde pública e o neoliberalismo, destacando a realidade de mulheres que se relacionam com outras mulheres.

Em seu capítulo “Neoliberalismo e Saúde Pública”, as autoras Chiara Albino e Jainara Oliveira, seguem em uma análise sobre as ideias de Foucault, destacando a transição história do “direito” de causar a morte para o poder de controlar e administrar a vida. É discutida relação entre a biopolítica neoliberal e a maneira como os sujeitos lidam com transtornos psíquicos e suas consequências no âmbito social. Assim, o neoliberalismo se insere nas escolhas individuais, na autonomia do ser, atrela-se então essa responsabilidade individual a gestão do cuidado de si mesmo. O texto explora a crítica as normas de autossuficiência, impostas pelo neoliberalismo, assim como as consequências ontológicas manifestadas nas relações de cuidado. A crítica do texto se destina a sociedade neoliberal que inclui o sofrimento produzido de forma generalizada, bem como as transformações nas estruturas clínicas e no tratamento do sofrimento psíquico.

O texto a seguir, “Saúde, responsabilização e moralidade política em tempos de racionalidade neoliberal”, escrito por Jainara Oliveira (UFGD), reflete a relação entre a saúde pública contemporânea, a cidadania e a responsabilidade social. Destaca-se a “nova saúde pública” como esfera de conhecimento e ação, onde o empreendimento moral tem mais valor, ações éticas que orientam o comportamento individual em relação a saúde. O texto segue a linha de pensamento crítica ao neoliberalismo, compreendendo-o como inimigo da saúde pública. A responsabilidade individual ainda é discutida como peça-chave, utilizada para perpetuar o tratamento dado a população. A responsabilidade pessoal pode gerar sofrimento psíquico, especialmente quando as condições de subsistência são responsabilizadas de forma individual. O texto destaca a vulnerabilidade sofrida por mulheres que se relacionam com mulheres, como a dificuldade à saúde, a violência e as consequências do neoliberalismo no que tange essa realidade.

Seguindo as críticas elaboradas, o texto “Entre os riscos e os benefícios da pílula anticoncepcional: os processos de subjetivação dos cuidados de si”, redigido por Virgínia Squizani Rodrigues - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFSC), a autora estabelece sua crítica ao enfatizar a problemática existente na realidade de mulheres de baixa renda e classe média urbana. No texto, destacam-se mulheres que decidem não utilizar o método contraceptivo,

inúmeras são as razões que as levam a tal decisão, visto que o remédio traz consequências muitas vezes irreversíveis a sua saúde. A abordagem a respeito das controvérsias em torno do uso da pílula e possíveis efeitos colaterais corroboram com sua crítica, já que não há ações efetivas que sensibilizem a população, a responsabilidade segue sendo individual, mesmo sendo uma questão de saúde pública coletiva. Ainda discute a redefinição da noção de saúde, buscando prática de cuidado alternativa. O texto explora as diferentes perspectivas em relação ao uso da pílula anticoncepcional, elucidando a importância do tema para a saúde pública.

O texto “Fazer e deixar morrer: uma reflexão sobre práticas de cuidado e agência entre moradores de um hospital psiquiátrico” de Sabrina Melo Del Sarto - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFSC), descreve a ocorrência de práticas de cuidado entre os moradores de um hospital psiquiátrico, ainda que em um ambiente marcado pela negligência e pela necropolítica. Tais práticas de cuidado são formas de resistência e manifestação dos moradores dessas clínicas, que buscam suprir suas necessidades emocionais, e lidar com a falta de cuidado por parte da equipe hospitalar. Entretanto, o texto preconiza que tais práticas, mesmo que louváveis, são insuficientes para que haja transformação definitiva da instituição como um todo. O estudo revela que a ainda há resistência dos moradores em relação a medicalização desnecessária, evitando a administração de medicamentos, contribuindo com a diminuição de efeitos colaterais. Mesmo com tais ferramentas de sobrevivência, a resistência é dócil demais a fim de impor transformações institucionais. O hospital continua exercendo poder aniquilador, rejeitando e punindo aqueles que procuram meios de desospitalização. A autora reafirma a dificuldade pela libertação de pacientes sob essa realidade.

Também no âmbito de saúde hospitalar, o texto a seguir “Etnografando o SUS: humanização na assistência ao pré-natal”, escrito por Alana Aragão Ávila - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFSC), explora a prática etnográfica e a humanização da assistência pré-natal no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele destaca a importância dos grupos de gestantes como tecnologias leves que promovem o diálogo, o compartilhamento de experiências e o apoio mútuo entre as mulheres grávidas. No entanto, são apontadas algumas limitações e desafios, como a negação de conhecimentos populares, o foco excessivo em aspectos físicos e riscos durante as consultas de pré-natal e a falta de reconhecimento e incentivo por parte de outros profissionais de saúde. O Grupo de Gestantes é apresentado como uma alternativa de cuidado e suporte, abordando questões negligenciadas durante as consultas individuais. O texto destaca a importância de reconhecer a subjetividade das mulheres, considerar suas necessidades e contextos específicos, e aplicar políticas de saúde de forma integral e humanizada. Tal pauta se desdobra na esfera antropológica, na reflexão de políticas de saúde, maternidade e questões interseccionais.

O texto “Experiências de mulheres lésbicas em Cuiabá-MT: inteligibilidade em saúde e existência como resistência”, redigido por Kamylla Cavalcante Taques dos Reis e Moisés Lopes - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFMT) é um ensaio teórico que analisa a saúde das mulheres lésbicas e a falta de políticas públicas direcionadas a essa população. Destaca-se a invisibilidade lésbica e os desafios enfrentados pelas mulheres lésbicas em relação ao acesso aos cuidados de saúde. O conceito de saúde é ampliado para além da ausência de doenças, abrangendo determinantes sociais. São referidas as questões de saúde específicas enfrentadas pelas mulheres lésbicas, como câncer de mama, câncer do



colo do útero e saúde mental afetada pela violência. O texto também aborda a opressão de gênero, a subalternização das mulheres na sociedade e as dificuldades de acesso aos cuidados ginecológicos. Destaca-se a necessidade de políticas públicas inclusivas e sensíveis às necessidades das mulheres lésbicas, levando em conta a interseccionalidade das opressões. O objetivo do texto é promover a visibilidade e os direitos das mulheres lésbicas, garantindo uma abordagem inclusiva e interseccional na luta por direitos sexuais e reprodutivos.

Recebido em 17 de agosto de 2023.

Aceito em 29 de fevereiro de 2024.